Advertência

Nas ciências sociais e humanas prevê-se que a produção científica obedeça a uma metodologia, tendo por impulso uma questão de partida, devidamente fundamentada, proveniente do seio dos mais diversos contextos.
Assim, este texto, ainda distante de ser um produto final, reporta-se a essa primeira fase que reside no universo das ideias, da especulação, das conjecturas. Deste modo, o conteúdo da argumentação seguinte reporta-se ao cômputo de uma interpretação particular na área da História e do Património Cultural, nas quais o legente poderá também, ou não, encontrar identificação. Por isso, a premissa deste texto pode servir de repto para debate, de rudimento ensaístico ou manter-se no plano de uma simples reflexão pessoal, mas não servirá, de todo, como uma forma de verdade, tratando-se ainda menos, de um produto validado por critérios científicos.

Introdução

Esta reflexão não é novidade.
Já o Positivismo histórico do século XIX e a Escola dos Annales do século XX abriram o caminho para uma conexão sustentável e possível entre metodologia científica e conhecimento histórico. Graças ao seu percurso, atualmente é absolutamente fundamental que um historiador esteja ciente da transdisciplinaridade histórica e da necessidade de manter um diálogo multidisciplinar com as áreas do conhecimento científico que concorrem para a construção do próprio, trabalhando em equipa. São dados adquiridos.
Porém, enquanto estudante e enquanto investigadora independente tenho-me deparado com uma insatisfação permanente. Creio que se justifica através da projecção que a ciência tem adquirido em tudo, menos na formação dos historiadores e, depois, nos próprios artigos e obras que emanam.
Apesar do historiador se debruçar sobre os registos escritos (a escrita foi inventada há cerca de 3000!), e a sua análise ser, sobretudo, documental, creio que a interpretação que dela decorre pode beneficiar da integração de outros conhecimentos.

Assim, na qualidade de investigadora, mas também de simples observadora, tenho formulado questões para as quais não encontro resposta no seio das humanidades, e mesmo quando se estabelecem diálogos inter, multi ou transdisciplinares, estes estão limitados a assuntos específicos.

Elenco de inquietudes.

1. Considero pertinente perceber detalhadamente a relação entre o comportamento inato do ser humano e a repetição da essência da História. Acredito que a ciência genética associada à História pode, por exemplo, mitigar o fenómeno da idolatração em tempos de desespero social e económico (que geralmente resultam na ascensão de radicalismos políticos). Compreender o fenómeno da idolatração e, depois do desespero, explicando química e fisicamente como se processam, pode tornar mais claras as nossas decisões pessoais e colectivas. Caso contrário, afirmações como "A História repete-se" tendem a dissipar-se em narrativas que, em termos pragmáticos, pouco acrescentam às mudanças fundamentais que atravessamos ao longo dos séculos. Em suma, sem evidência científica que explique e justifique certos ciclos, a História vai, de facto, ter tendência para continuar a repetir-se. Parece que o historiador esquece, frequentemente, que estuda uma espécie animal e que, é em si, um animal composto por circuitos orgânicos que podem ter um papel determinista no seu comportamento. [O determinismo genético é uma teoria científica que, atualmente, está em discussão].
2. Acredito que a neurologia, a psicologia ou a sociologia podem oferecer informações relevantes sobre as ações e comportamentos de determinadas figuras históricas, ou até justificá-las para além das informações extraídas da observação do contexto e circunstâncias políticas, económicas ou sociais. É importante perceber que perturbações, distúrbios ou patologias (ex.: esquizofrenia; narcisismo; depressão) podem ter estado na retaguarda das tomadas de decisão de ditadores, de mártires ou de homens de negócios, de forma a desmistificar essas e outras figuras, por exemplo. Apesar da visão histórica sobre as suas personagens ser treinada no meio académico para adoptar "imunidade" ideológica ou qualquer outro tipo de viés (isenção!), acaba por ter um reverso na interpretação, que é o de despersonalizar ou desumanizar demais. Falta substância científica.
3. Acredito também que aprofundar os fundamentos científicos de conceitos como "racismo" ou "machismo", assim como outros, que caracterizaram as mentalidades responsáveis por formas de governação ou ideologias, aproximariam o feito do efeito, completando uma narrativa que se apresenta fragmentada em vertentes de conhecimento. Tome-se de exemplo o primeiro Código Civil português. Consultei-o várias vezes para formular o contexto histórico, jurídico e administrativo de dois artigos científicos meus que anseio ver publicados, um sobre os Expostos e outro sobre as Toleradas, em Leiria. Mas não só, através dele também contextualizei a mentalidade da

época, todavia, sem entender que critérios científicos concorrem para a construção de papéis sociais como os de género, naquela época, o século XIX.

4. No tocante à relação com a Arqueologia, falar de datações e categorizar objectos em linhas crono-culturais (objectos esses que muitas vezes trazem nova luz ao conhecimento e alteram significativamente a interpretação de certos factos ou factores), todavia sem noções base do funcionamento da tecnologia e da técnica, ou de estratigrafia, e/ou de Antropologia, é todo um vazio narrativo suspenso entre contextos e a validação a que de facto se tem acesso através da ciência.

Algumas lacunas sentidas longo do meu percurso

Tomemos de atenção o seguinte: se um historiador é responsável pela construção e interpretação isenta e rigorosa do conhecimento histórico, digo dos fenómenos humanos na longa duração, então, deveria estar dotado de ferramentas que lhe permitam compreender as noções básicas, os graus de precisão das técnicas ou métodos empregues em Arqueologia, Biosociologia, Biotecnologia ou Psicologia evolutiva, para que, durante a selecção da informação que pode alterar, ou que altera de facto, a "narrativa" histórica, perceba a proveniência do que está a analisar, como deve tratar essa informação e integrá-la na construção do conhecimento histórico.

O mesmo vazio sucede com o estudo do Património Cultural.
É possível enquadrar um monumento na documentação histórica, jurídica e administrativa, é ainda mais vulgar debater a necessidade de acautelar a sua salvaguarda física, porém, sem se deter conhecimento sobre conservação e restauro ao nível dos sintomas.
Quando tive a oportunidade de inventariar e estudar os fornos comunitários de Castro Laboreiro e Lamas e Mouro, entre 2014 e 2017, no âmbito do Mestrado em História e Património (FLUP), ao debruçar-me sobre os vários modelos de fichas de inventário a que tive acesso (nacionais e internacionais), deparei-me com um critério de análise transversal a todas: "estado de conservação do objecto/monumento".
Desenvolvi uma escala básica para categorizar cada um dos elementos, que eram em número de 53, porém sem quaisquer noções sobre as estruturas arquitectónicas, sobre conservação ou restauro que me permitissem observar o verdadeiro estado de conservação de uma forma autónoma. Também não dispunha de orçamento, nem de outros recursos que me permitissem trazer um desses especialistas ao terreno.

Outro exemplo foi a investigação que conduzi sobre a regulamentação acerca dos Expostos e

das prostitutas no século XIX, em que me vi confrontada com diferentes tipos de doenças venéreas e outras, porém não disponho, no imediato, de ferramentas que me permitam associar-lhes segmentos que descrevam com a terminologia correcta e adequada o impacto dessas enfermidades nas tomadas de decisão que ficaram registadas na documentação antiga. Mas a relação parece-me bastante pertinente.

Inferências

A abordagem histórica é profunda e cativante, plena de temas e assuntos, sendo extremamente trabalhosa e, na maioria dos casos, escassa em "amostras", o que a torna num desafio permanente de investigação, mas creio que a História beneficiaria de relações mais estreitas com áreas de natureza mais vincadamente científica, no sentido de as integrar no percurso de formação académica.
Desenvolver disciplinas ou, se preferirmos, unidades curriculares, que forneçam conhecimentos e noções essenciais sobre as áreas científicas que mais têm concorrido com conhecimentos para a História, ou das quais a História se tem de socorrer, seria uma mais valia para enriquecer e alargar o conhecimento, fundamentá-lo de forma sólida e em verdadeira cooperação com os pilares da multidisciplinaridade.

Não digo que o estudante de História ou o historiador deva ser um eclético de todas as ciências, não seria sustentável porque não havia orçamento suficiente que rendesse, nem curso que visse ano sénior. Mas acredito que a ciência merecia um lugar ainda mais proeminente no seio da aprendizagem histórica.
Atenção, reforço!, não se trata de querer validar empiricamente factos passados, fenómenos não directamente observáveis, tal requereria uma máquina do tempo, mas de aliar o cientista e o historiador num novo molde de consciência, que permita a ambos trabalharem num mesmo laboratório, não só teórico.

Nota final
Desconheço, de momento, bibliografia que aborde e discuta estas questões, porém, se o leitor dispuser de ferramentas úteis, lanço um apelo à partilha.
Darei seguimento a esta reflexão com um ensaio sobre a obra de Jared Diamond, "Guns, Germs and Steel: The Fates of Human Societies" (1997), onde a aliança entre Biologia e História se concretiza. Esta leitura foi-me recomendada posteriormente a esta reflexão por um médico e investigador que, atendo às minhas cogitações, considerou ser pertinente. João

Cerqueira, obrigado.

Imagem disponível em: https://unsplash.com/photos/0V7_N62zZcU